



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

Processo de Gestão Administrativa nº 20.23.0601.0000117/2020-50

**PARECER**

Trata-se de consulta formulada pela Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Parnamirim, no sentido de obter orientação quanto as providências a serem adotadas em procedimentos extrajudiciais sensíveis dependentes do andamento de processos judiciais, ao passo em que questiona acerca da possibilidade de suspensão do procedimento por meio de despacho.

Distribuído o presente procedimento, vieram os autos com vistas.

Inicialmente, registre-se que os procedimentos extrajudiciais de natureza investigativa, cível ou criminal, enquanto não concluída a instrução, devem ser prorrogados, periodicamente, não existindo a figura da suspensão do procedimento.

A propósito, o Aviso nº 09/2019-CGMP coloca de forma didática, com base da legislação vigente, os prazos de prorrogação e impulsionamento dos procedimentos extrajudiciais.

Neste contexto, os procedimentos extrajudiciais sensíveis devem ser prorrogados, periodicamente, enquanto não concluída a instrução, não sendo possível a suspensão do processo para aguardar documentação para a instrução devida e adequada.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art.

1/2



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, no sentido de informar a consulente que os procedimentos extrajudiciais investigativos devem ser prorrogados, e não suspensos, quando da espera de documentação para a instrução.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 08 de julho de 2020.

**Roberta de Fátima Alves Pinheiro**

Promotora Corregedora III



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555  
Telefone: 99972-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

Procedimento nº 20.23.0601.0000117/2020-50 -CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Juliana Limeira Teixeira Xavier

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Roberta de Fátima Alves Pinheiro (Documento nº 501493), como razão de decidir.

**Encaminhe-se** cópia do referido parecer, bem como da presente decisão, à Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, para ciência.


Cumpridas as formalidades de estilo visando à instrução e à conclusão do procedimento, resta esgotado o objeto dos presentes autos.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

**Efetue-se** a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Cumpra-se.

Natal, 07 de julho de 2020.

  
Carla Campos Amico  
Corregedora-Geral do Ministério Público



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

Processo de Gestão Administrativa nº 20.23.0601.0000117/2020-50

**PARECER**

Trata-se de nova consulta formulada pela Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Parnamirim, no sentido de obter orientação quanto localização dos procedimentos internos enquanto aguardam a conclusão da instrução, se na Secretaria Ministerial ou no Gabinete do Promotor de Justiça, bem como se esses procedimentos são levados em consideração para fins de aferição do critério “serviço em dia”.

Vieram os autos com vistas.

Como é sabido, os procedimentos extrajudiciais, de qualquer natureza, somente são remetidos pela Secretaria Ministerial ao Promotor de Justiça para despacho, decisão, promoção de arquivamento, conversão ou propositura de ação judicial, cujo prazo máximo é 90 dias, segundo normas do CNMP.

Todos os demais atos, tais como cumprimento dos despachos, decisões e diligências, juntadas de documentos, certificação de prazos, dentre outros, são executados pela Secretaria Ministerial, no prazo estabelecido pelo Membro.

Desta forma, os procedimentos extrajudiciais despachados pelo Membro são remetidos para a Secretaria Ministerial cumprir, de modo que se o Promotor de Justiça proferiu decisão de prorrogação e aguardo do decurso do prazo da diligência, ao final do prazo, a Secretaria Ministerial certifica o cumprimento, seja juntando a documentação recebida ou atestando que o prazo se venceu e não foi





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97 – Candelária, CEP 59065-555 – Natal/RN  
Telefone/fax: 99972\*-1200 – e-mail: cgmp@mprn.mp.br

---

atendida a diligência, com a consequente remessa ao Membro para análise e decisão.

Registre-se que o fluxo do processo virtual segue o mesmo fluxo do processo físico, com prazos para o Promotor de Justiça e para a Secretaria Ministerial, assim como para o Órgão Externo.

Por fim, todos os processos e procedimentos que tramitam na Promotoria de Justiça são levados em consideração para aferição do critério “serviço em dia”, sem exceção.

Ante o exposto, nos termos do art. 16, I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, **OPINA** esta Promotora Corregedora, integrante da Assessoria Especial de que trata o art. 32, § 1º, II, da Lei Complementar Estadual n. 141/1996, no sentido de informar a consulente que:

i) os procedimentos internos que aguardam cumprimento de diligências ou decurso do prazo ficam na Secretaria Ministerial, que deverá certificar a medida e remeter ao Promotor de Justiça para análise e decisão; e

ii) todos os procedimentos internos e processos externos que tramitam na Promotoria de Justiça, estejam na Secretaria Ministerial ou no Gabinete do Promotor de Justiça, são levados em consideração para aferição do critério “serviço em dia”.

É o parecer que submeto à apreciação da Corregedora-Geral do Ministério Público.

Natal/RN, 14 de julho de 2020.

**Roberta de Fátima Alves Pinheiro**

Promotora Corregedora III



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Rua Promotor Manoel Alves Pessoa Neto, 97, Candelária, Natal/RN, CEP 59065-555  
Telefone: 99972-1200 – e-mail: [cgmp@mprn.mp.br](mailto:cgmp@mprn.mp.br)

Procedimento nº 20.23.0601.0000117/2020-50 -CGMP

Assunto: Procedimento de Gestão Administrativa

Interessado: Juliana Limeira Teixeira Xavier

**DECISÃO**

Aprovo e adoto o parecer da lavra da Promotora Corregedora Roberta de Fátima Alves Pinheiro (Documento nº 513729), como razão de decidir.

**Encaminhe-se** cópia do referido parecer, bem como da presente decisão, à Promotora de Justiça Juliana Limeira Teixeira Xavier, para ciência.


Cumpridas as formalidades de estilo visando à instrução e à conclusão do procedimento, resta esgotado o objeto dos presentes autos.

Destarte, não havendo nada mais a ser produzido, **determino o ARQUIVAMENTO** dos autos.

**Efetue-se** a baixa deste procedimento nos registros respectivos.

Cumpra-se.

Natal, 15 de julho de 2020.

  
Carla Campos Amico  
Corregedora-Geral do Ministério Público